

Projeto de lei cria Função Comissionada de Coordenação de Curso

O Governo Federal encaminhou ao Congresso Nacional, no dia 24 de agosto, um projeto de lei (PL 2134/2011) que dispõe sobre a criação de cargos efetivos, cargos de direção e função gratificada no âmbito do Ministério da Educação (MEC), destinados às Instituições Federais de Ensino. De acordo com a proposta, serão criados 19.569 cargos de Professor de 3º Grau; 24.306 cargos de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico; 27.714 cargos de técnico-administrativos, além de 1.598 cargos de direção e 3.981 funções gratificadas.

Mas a novidade do projeto de lei é a criação da Função Comissionada de Coordenação de Curso (FCC), no valor de R\$ 770,00, destinada aos docentes que exercerem a atividade de coordenação de cursos técnicos, tecnológicos, de graduação e de pós-graduação *stricto sensu*.

Essas Funções Comissionadas de Coordenação de Curso, em número de 6.878, serão implantadas a partir de julho de 2012. O Ministério da Educação fará a distribuição desse quantitativo entre as instituições federais de

ensino. Caso sejam destinadas à UFSC em número suficiente, poderá ser resolvida a esdrúxula situação vigente em que apenas os Coordenadores de cursos de pós-graduação exercem uma Função Gratificada.

Na nova situação, todos os coordenadores, sejam de cursos de graduação ou pós-graduação exerceriam a FCC liberando inclusive as atuais FG1 recebidas hoje pelos coordenadores de PG.

Preocupa o fato de que o projeto de lei estabeleça uma quantidade fixa de FCCs. Com a necessária e esperada expansão do ensino superior federal, uma vez que esse limite seja alcançado, nova lei será necessária para ampliá-lo.

Do quantitativo proposto para os cargos de Professor de 3º Graus, 5.764 cargos serão destinados para atender o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni); 10 mil para operacionalização do Banco de Professores Equivalente; 2.905 cargos para a criação de novos câmpus; e 900 para o Programa de Ensino a Distância.

“Considerando o quantitativo de cargos

proposto para atendimento ao Programa REUNI, é importante informar que o Programa foi inicialmente atendido pela Lei nº 11.740, de 16 de julho de 2008, entretanto, durante a implementação do Programa surgiram novas demandas, que resultaram na criação de novos cursos e câmpus, alcançando um total de 126 câmpus e 14 unidades educacionais, 4.536 cursos de graduação presencial, 243 mil vagas na graduação presencial, necessitando, para tanto, de novos professores, além da necessidade de estruturar novos câmpus que serão criados até 2014. Para o período de 2011 e 2012 está programada a implantação de novos 18 câmpus e para 2013 a 2014, 30 novos câmpus, que permitirá criar, aproximadamente 30.100 novas vagas e ampliação, no final do período de 321.340 matrículas, mantida a relação de 18 alunos por professor como referência”, justifica o Executivo.

Leia a íntegra do PL na página da Apufsc-Sindical: www.apufsc.com.br

Andes e Proifes aceitam 4% e assinam acordo com governo

O Proifes e o Andes assinaram, dia 26 de agosto, com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), o Termo de Acordo sobre o processo de reestruturação das carreiras de Magistério de Ensino Superior (MS) e do Magistério de Ensino Básico Técnico e Tecnológico (EBTT). Segundo o documento, o MS terá a incorporação ao vencimento básico da Gratificação Específica do Magistério Superior (GEMAS) e o acréscimo de 4% sobre o vencimento básico, considerando a GEMAS incorporada, e sobre a Retribuição por Titulação. Para o EBTT ficou definida a incorporação ao vencimento básico da Gratificação Específica de Atividade Docente do EBTT (GEDBT), além dos 4% sobre o vencimento básico, considerando a GEDBT incorporada, e sobre

a Retribuição por Titulação. As propostas valem a partir de março de 2012.

A Apufsc-Sindical convocou Assembleia Geral Extraordinária para analisar a proposta do Governo, mas, por falta de quórum, a pauta não foi deliberada. A AG, dia 25 de agosto, teve a participação de 70 professores, quando o quórum mínimo necessário para qualquer deliberação do Sindicato é de 5% dos associados, ou seja, 121 participantes.

Ainda sobre o acordo, será constituído GT para dar continuidade ao processo específico relativo à reestruturação das carreiras, com a representação do MPOG, MEC, Proifes, Andes e demais entidades representativas. Dia 14 de setembro acontece a primeira reunião para pactuar a metodologia do processo, que deve ser concluído até 31 de março de 2012.

“A expectativa de que seja promovida,

com qualidade, uma reestruturação das nossas carreiras só irá se materializar se os docentes se apropriarem dos debates havidos até aqui, mobilizando-se para aprofundar essas discussões e aperfeiçoar as propostas a serem apresentadas, aprovadas e implantadas no futuro próximo”, destacou o Proifes.

“O termo firmado não quita a dívida com os professores devido à corrosão inflacionária. A negociação foi tensa e difícil, mas arrancamos do governo alguns pontos importantes no sentido de avançar na conquista de uma linha só no contracheque, pondo fim a uma gratificação com potencial produtivista. Agora temos o compromisso de dar início às discussões no sentido de reestruturar a carreira”, manifestou o ANDES-SN.

OPINIÃO

Livre arbítrio na UFSC: versão DCE

Marcelo Carvalho*

Ao violarem o direito de livre circulação em um espaço público, os ocupantes da reitoria demonstraram ter pouca afinidade com os princípios da tolerância e respeito. Mas, o caráter singular da universidade reside exatamente na afirmação destes princípios ao mesmo tempo em que transfere para o campo da argumentação os duros embates que se originam da construção e confronto de ideias. Assim, com suas ações truculentas, os invasores deixaram de lado o domínio das ideias, não insistindo mais em construir um argumento forte o suficiente para convencer aqueles com o qual divergiam e assim ganhar a discussão. Tal opção é um atestado da incapacidade de quem não acredita que pode ganhar apoio para suas reivindicações atuando exclusivamente através da argumentação.

O movimento estudantil no Brasil há muito tempo é dominado por uma ideologia estranha ao que poderíamos esperar de um ideário estudantil diverso. Prestes, no livro "Lutas e Autocríticas" na pag. 167, já em 1963 admitia que os representantes da UNE eram fortemente influenciados pelo Partido Comunista. Será que algo mudou desde então?

Quem já se deu ao trabalho de estudar as táticas subversivas tradicionalmente usadas em sindicatos e universidades irá reconhecer uma delas na ocupação da reitoria. E aqui devemos ficar perplexos. A perplexidade, neste caso, não surge na forma de atuação das lideranças, afinal, caso sejam mesmo estudantes profissionais a serviço de ideologias espúrias, até que eles cumprem bem o seu papel. O estranho é ver uma massa de estudantes que consentiu na proposição das lideranças, submetendo-se à mesma manipulação que afeta os trabalhadores, com o agravante de, pelo menos teoricamente, terem instrução suficiente para perceber esta submissão.

Ora, se não perceberam por falta de estatura intelectual em contrariar uma corrente de opinião monolítica que lhes seduz com utopias que são realizadas somente através de práticas autoritárias, então, não deveriam estar na universidade pois vivem num estado de servidão intelectual e nem se dão conta que, com suas ações, negam os valores de respeito e tolerância, condição necessária para estarem na universidade. Se perceberam e consentiram, negaram conscientemente os valores anteriores, mas já não são de todo intelectualmente servis.

Contudo, vivem em contradição e transformam-se em elementos nocivos a própria universidade pois na contradição traem o

valor verdade que Jules Monnerot em seu livro, "Desmarxizar a Universidade", identifica como outro dos pilares fundamentais da universidade.

Devemos também refletir até que ponto os estudantes com suas ações intimidatórias não estão coagindo professores e tentando influenciar decisões do CUn, ou de departamentos, ou da própria Administração Central. Sem esta reflexão, como distinguiremos o limiar que separa uma reivindicação justa de uma reivindicação abusiva? Lembremos que os estudantes são um grupo transitório na universidade, sem necessariamente nenhum compromisso com ela depois de formados. Não é razoável deixar que tenham a palavra final em tudo e decidam sobre assuntos diversos. Isto é ainda mais verdadeiro em relação a esses que ocuparam a reitoria pois, ao abandonarem o campo do embate das ideias e levados pelo fascínio do totalitarismo, demonstraram não ter capacidade para fixar limite algum, afinal, mal conseguem fixar limites para si mesmos.

Falemos agora dos estudantes que não ocuparam a reitoria. Talvez tenha sido o compromisso de cada um deles com a própria formação que os levaram a continuar estudando, atarefados em seus trabalhos, listas de exercícios e se preparando para provas. Que terror! Dirão alguns. Provas e avaliações são dispositivos que subjugam os alunos supervalorizando o conteúdo e o saber em detrimento de uma formação mais humana. Mas, a crítica é descabida pois será que russos, americanos e agora chineses conseguiram a façanha de levar homens ao espaço confiando num sistema educacional universitário corroído por princípios de caráter duvidoso?

No caso da brutalidade dos regimes ditatoriais comunistas não sobra muito espaço para humanismos. Também, não vemos casos de ocupação de reitorias nesses regimes, porque será? Como é bom que estes que ocuparam a reitoria não estão submetidos a uma ditadura comunista mas vivam num regime capitalista que, numa prova de extrema candura, permitem que eles realizem este abuso. Ah, sim, e o livre arbítrio do título? Ora, caro leitor, não achas que ao silenciarmos e deixarmos alguns estudantes imporem sua visão autoritária de mundo sobre nós, não estamos aceitando livremente a arbitrariedade deles?

* Professor do Departamento de Matemática



Publicação quinzenal do Sindicato dos Professores das Universidades Federais de Santa Catarina (Apufsc-Sindical)

ENTRE EM CONTATO

Endereço Sede da Apufsc, Campus Universitário, CEP 88040-900, Florianópolis/ SC
Fone/fax (048) 3234-2844
Home page www.apufsc.ufsc.br
E-mail imprensa@apufsc.ufsc.br

DIRETORIA GESTÃO 2010/2012

Presidente
Carlos Wolowski Mussi

Vice-Presidente
Rogério Portanova

Secretário Geral
Milton Muniz

1ª Secretária
Sandra Regina Paulon Avancini

Diretor Financeiro
João Randolfo Pontes

Diretor Financeiro Adjunto
Gerson Renzetti Ouriques

Diretor de Divulgação e Imprensa
Antônio Fábio Carvalho da Silva

Dir. de Promoções Sociais, Culturais e Científicas
Mauro Eduardo Pommer

Diretor de Assuntos de Aposentadoria
Marcio Campos

PRODUÇÃO

Jornalista Responsável
Clodoaldo Volpato (SC - 2028 JP)

Editoração eletrônica
Gabriela Santos Bazzo

Impressão Gráfica Rio Sul

Tiragem 3.500 exemplares

Distribuição gratuita e dirigida

O conteúdo dos artigos assinados é de responsabilidade dos autores e não corresponde necessariamente à opinião da diretoria da Apufsc

OPINIÃO

Do trabalho como alienação

Mauro Eduardo Pommer*

A atual dificuldade que a Apufsc vem encontrando para reunir quórum nas reuniões de seu Conselho de Representantes e nas Assembleias Gerais Ordinárias, órgãos que constituem em seu Estatuto as formas habituais de deliberação, coloca de maneira imperiosa necessidade de reflexão sobre o momento vivido pelo movimento docente.

A alegação mais comumente ouvida dos colegas que não comparecem às reuniões deliberativas é a de que “não tem tempo”. Curioso momento esse que atravessamos, em que o ato de trabalhar produtivamente vem se tornando aparentemente um obstáculo intransponível à reflexão de caráter coletivo sobre a natureza, as condições e o alcance desse mesmo trabalho. Pois os professores vêm sendo instados pelo Ministério da Educação e pelos órgãos financiadores da pesquisa a serem simultaneamente instrutores, supervisores de laboratórios, administradores, pareceristas, palestrantes, redatores de textos acadêmicos, editores de revistas, executores de projetos de extensão, membros de n comissões, colegiados e bancas, orientadores de iniciação científica, TCCs, mestrado e doutorado. E – se sobrar algum tempo – é indispensável empregá-lo registrando isso tudo em seus currículos Lattes e reunindo documentos para assegurarem a ascensão funcional, sob pena de ficarem parados no tempo apesar de correrem tanto, tal qual a Alice de Lewis Carrol no surrealista País das Maravilhas.

Mas creio ser o caso de se registrar que, a despeito da atual tendência no emprego de nosso tempo de trabalho revestir-se da aparência externa de racionalidade – já que nenhum segundo estaria sendo “perdido” em “divagações políticas” – o estado atual da prática sindical levada a efeito pela Apufsc em moldes efetivamente democráticos pressupõe e prescreve a participação ativa de todos os associados na construção dos rumos do movimento docente.

Quero ponderar aqui que a aparente calma a que as negociações salariais com o Governo vêm se restringindo deve-se, por um lado, a um indigesto alinhamento de Andes e Proifes com o

governo petista, mas também por outro lado à percepção equivocada de parte dos professores de uma relativa estabilidade de nossa condição econômica.

Tal visão não se sustenta diante de dois fatos acachapantes. O primeiro é a oferta de um reajuste de 4% para cobrir uma inflação estimada, até o início desse reajuste, da ordem de 12%; o segundo, a tentativa de se estabelecer uma nova classe funcional, a de Professor Sênior, cuja função precípua consiste em transformar os aposentados em cidadãos de terceira classe, após terem sido feitos cidadãos de segunda pela criação da classe de Associado. De modo que os colegas que vêm achando muito atraente essa cenoura que balança na ponta da vara, e acalentam a certeza de alcançá-la graças aos seus brilhantes índices de produtividade acadêmica, esquecem-se de que um dos princípios da vida em comunidade, à qual devem suas benesses atuais e futuras, é o da solidariedade. Parecem não levar em conta também que, por mais longa e profícua que sua carreira acadêmica possa lhes parecer, um dia também irão por fim se aposentar. E até lá, o arsenal de truques e apelos miríficos de que é capaz de lançar mão nossa “república de sindicalistas” é vasto e sorrateiro.

Não podemos deixar de notar que o mesmo grupo de ativistas que se mostrou capaz de conduzir as greves históricas que contribuíram para mudar o modo de se fazer política no país hoje ocupam lugares estratégicos no poder central, além de aparelharem diversos sindicatos. Construíram “preciosa” técnica não só de como mobilizar categorias profissionais, mas também mais recentemente de como desmobilizá-las.

É diante do desolador quadro de desmobilização dos professores federais que ousa dizer que há momentos em que o trabalho cotidiano obstinado, se é produtivo em termos operacionais, pode também se revelar alienante em termos políticos, quando se abdica da reflexão sobre as condições em que é exercido.

* Professor do Departamento de Artes e Libras e Diretor de Promoções Sociais, Culturais e Científicas da Apufsc

Comissão analisa projeto de lei dos HUs

A Câmara dos Deputados constituiu uma comissão especial destinada a proferir parecer ao projeto de lei (PL 1.749/11), que autoriza o Poder Executivo a criar a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares S.A. (Ebserh). O PL foi encaminhado à comissão no dia 23 de agosto e terá como relator o deputado Danilo Forte (PMDB/CE). A matéria tramita em regime de urgência e deverá ser votada em plenário ainda no mês de setembro. O PL substituiu a Medida Provisória 520 que foi barrada pelo Senado Federal no mês de junho.

Projeto da previdência complementar é aprovado na Comissão de Trabalho

A comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados concluiu, na terça-feira (30), a votação do projeto de lei 1992/07 que institui o regime de previdência complementar dos servidores públicos federais. A proposta havia sido aprovada no dia 24 de agosto, mas faltava votar 12 destaques que pretendiam alterar o texto, e que foram rejeitados. O projeto tramita em caráter conclusivo e ainda será analisado pelas comissões de Seguridade Social e Família; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

O presidente da comissão, deputado Silvio Costa (PTB-PE), que também é o relator do projeto, disse que vários destaques criavam fundos para categorias de servidores separadamente. “Existe uma pressão do Banco Central e do Judiciário, por exemplo, de criar fundos separados, e nós não acatamos, fizemos um fundo único”, disse.

Os deputados que apresentaram os destaques disseram que o projeto foi pouco discutido na comissão, embora esteja em tramitação desde 2007. Eles esperam poder alterar a proposta nas outras comissões.

Diretoria envia manifesto ao CUn

A Apufsc encaminhou aos membros do Conselho Universitário (CUn), na reunião que ocorreu no dia 30 de agosto, um manifesto cuja íntegra pode ser lida abaixo. A diretoria expõe sua preocupação com a possível participação dos alunos de ensino a distância da UFSC nas eleições para Reitor e com a ponderação que tem sido adotada pela Universidade nesse processo, em desacordo com o que estabelece a Lei.



Senhores (as) Conselheiros (as),

Em reunião do Conselho Universitário será apreciada a Resolução Normativa que regulamentará as eleições para Reitor. Na proposta apresentada, dois aspectos nos preocupam:

I – O item II do Art. 2º inclui no colégio eleitoral:

Os alunos dos cursos de graduação e pós-graduação (Mestrado e Doutorado), sediados na sede, nos campi, nos pólos dos cursos a distância e em outras unidades da Universidade, e os alunos dos Colégios de Aplicação, que tenham a condição de matrícula regular no dia 26 de outubro de 2011.

Comparativamente com a Resolução que regulamentou as eleições em 2007, são incluídos alunos dos cursos de graduação e pós-graduação nos pólos dos cursos a distância e em outras unidades da Universidade. Manifestamos nossa preocupação que o curto prazo para o processo eleitoral não permitirá que os referidos alunos tenham a possibilidade de conhecer os candidatos, suas propostas e as necessidades da Universidade.

II – No Art. 8º consta:

Os votos válidos na consulta à comunidade universitária serão ponderados na proporção de 1/3 (um terço) para os servidores docentes, 1/3 (um terço) para os servidores técnico-administrativos e 1/3 (um terço) para os alunos.

Reiteramos nossa preocupação com relação a esses pesos, considerando que a Lei nº 9.192, de 21 de dezembro de 1995, e o Decreto nº 1.916, de 23 de maio de 1996, definem que “em caso de consulta prévia à comunidade universitária, nos termos estabelecidos pelo colegiado máximo da instituição, prevalecerão a votação uninominal e o peso de 70% para a manifestação do pessoal docente em relação às demais categorias”.

Entendemos que o Art. 8º deva prever duas possibilidades: a ponderação legal e a consuetudinária (adotada em eleições anteriores) e os resultados publicados simultaneamente. Caberá ao Conselho Universitário, de acordo com suas competências e atribuições, adotar um dos resultados.

Dessa forma, no parágrafo 2º do Art. 8º recomendamos a substituição do fim do parágrafo quando expressa “vezes um terço” por “vezes o peso correspondente a cada segmento”. São as sugestões e preocupações que a diretoria da Apufsc-Sindical manifesta, no momento, para o processo eleitoral de Reitor da UFSC.

Reunião do CR será às 18 horas

Devido à dificuldade em reunir o Conselho de Representantes (CR), a Presidência do Conselho decidiu convocar a próxima reunião para o horário das 18 horas, dia 13 de setembro, conforme ofício publicado em encarte especial desta edição do Boletim. A reunião acontecerá no auditório da sede do câmpus, tendo como pauta as eleições dos membros do CR e dos membros do Conselho Fiscal do Sindicato; as eleições para Reitor da UFSC; a representação sindical nacional e o acordo de negociação salarial dos professores, entre outros assuntos. A Apufsc também está convocando todos seus associados para as eleições para a escolha dos novos membros do Conselho de Representantes, que acontecerá entre os dias 26 setembro e 28 de outubro, nos Departamentos de Ensino da UFSC, no Colégio de Aplicação e nos câmpus de Joinville, Araranguá e Curitiba.

114 dias sem resposta

Nesta segunda-feira, dia 5 de setembro, completam-se 114 dias que a Diretoria da Apufsc-Sindical solicitou oficialmente informações à Reitoria sobre a lotação dos STAs nos diversos órgãos da UFSC e sobre a distribuição das FGs e CDs. A Reitoria continua a ignorar a existência do ofício.

Veja no próximo boletim

Dando continuidade às matérias sobre os câmpus da UFSC no interior de Santa Catarina, o próximo número do Boletim vai abordar a situação do Câmpus de Araranguá.